

Um Projecto de jornalismo pedagógico luso-brasileiro no século XIX (1857-1858)

*Rogério Fernandes**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a revisitação dos principais temas tratados na “Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil” durante os seus curtos anos de existência e a identificação do significado inerente às preocupações que revelavam.

Esta revista fundada por Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875) e Luís Filipe Leite (1828-1898) seu discípulo e companheiro de jornada, professor de liceu e primeiro diretor da Escola Normal Primária de Marvila (Lisboa).

Palavras chave: história da educação, castilho, Luis Filipe Leite.

Abstract

The paper aims at reviewing the main subjects treated in “Revista de Instrução Pública para Portugal e Brasil” (Journal of Public Education to Portugal and Brazil) in its few years of existence, as well as identifying the inherent meanings of the concerns it showed. That journal was founded by Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875) and his disciple and journey’s fellow, Luís Felipe Leite (1828-1898), who was a lyceum’s teacher and the first principal of Escola Normal Primária de Marvila (Elementary Normal School of Marvila), in Lisbon.

Key words: History of education, Castilho, Luis Felipe Leite.

* Universidade de Lisboa
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Introdução

O século XIX transformou o *impresso* em meio de circulação massiva da Informação. É certo que o *jornal*, a *revista* e o *livro* já existiam antes do período de Oitocentos. Contudo, à medida que a centúria se desenrolou, aqueles instrumentos culturais dirigiram-se a um público cada vez mais heterogéneo sob o ponto de vista social e geográfico.

Assim, a função do impresso passou a ter uma centralidade crescente nos processos de difusão das ideias e de transmissão de factos. As estratégias de circulação da informação tornaram-se mais complexas. Durante o exílio dos liberais portugueses em Inglaterra e França, por exemplo, jornais e revistas formaram um circuito disponível às ideologias impossibilitadas de expressão no país. Do mesmo modo, a Imprensa operária, sobretudo a partir dos anos 50 do século XIX, começou a manifestar-se como difusor ideológico no quadro de uma afirmação de classe cada vez mais pronunciada. Os seus conteúdos construam o universo de problemas e preocupações de novos actores cuja presença no horizonte societal ganhava relevo e nitidez.

A Imprensa pedagógica especializada fez também a sua aparição em Portugal, sobretudo a partir de meados do século XIX. Um dos seus mais expressivos exemplos foi a revista fundada por António Feliciano de Castilho (1800-1875) e Luís Filipe Leite (1828-1898), seu discípulo e companheiro de jornada, professor de liceu e primeiro director da Escola Normal Primária de Marvila (Lisboa).

O projecto jornalístico de Castilho

Na extensa actividade pedagógica do poeta português não tem sido realçada a significação do projecto jornalístico de que foi um dos fundadores e principais animadores: a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*. Ele assinala, no entanto, uma tentativa de cooperação entre os pedagogistas dos dois países, a qual, apesar de falhada, nem por isso tinha menos sentido. O uso de uma língua comum, então menos diferenciada do que hoje, sob o ponto de vista literário, entre as classes cultas, contribuía para justificar a opção tomada. Ao mesmo tempo, preocupações idênticas na esfera da instrução pública tornavam apropriada uma reflexão de interesse para docentes, decisores políticos e homens de cultura de uma e de outra margem do Atlântico. Além disso, Castilho parecia conhecer razoavelmente a situação brasileira, visto que regressara pouco antes do Brasil, onde tentara divulgar o seu método de

leitura e procurara achar uma situação económica adequada às suas necessidades familiares.

O presente artigo tem como objectivo a revisitação dos principais temas tratados na *Revista* durante os seus curtos anos de existência e a identificação do significado inerente às preocupações que revelavam.

A ideologia da «educação triunfante»

No «*Programa que precede a publicação deste jornal*», os fundadores definiam a ideologia pedagógica de que se reclamavam. Tal ideologia firmava-se no valor mágico da instrução sob vários pontos de vista, desde a moralidade à economia. Semelhante posicionamento não era muito distinto de posições nossas contemporâneas (FULLER, Bruce & RUBINSON, Richard, eds., 1992). O carácter global da necessidade da educação nas várias esferas da vida humana era afirmado com clareza: «A única política actualmente possível, não só para a Europa, mas para a América, e para todos os povos livres, é a da luz para todos; é a da civilização universal. A opinião popular educada, é a mais segura fiança da estabilidade para os bons governos e de felicitação pública» (*Revista...*, nº 1, 1857, p. 1).

Portugal e Brasil tinham as mesmas aspirações e enfrentavam problemas idênticos. A instrução pública era tida como condição de *progresso*: «Sem um sistema de pública instrução que atinja a verdadeira altura da respectiva destinação social, infrutíferos serão quaisquer esforços com que se pretenda fazer progredir um país na estrada providencial da perfectibilidade» (*Revista...*, ib.)

Apesar do reconhecimento generalizado do valor da instrução pública, nem Portugal, nem o Brasil dispunham ainda de uma «educação nacional», o que significava que nem todos os cidadãos de um e de outro país tinham acesso à escola. Tal educação não estava organizada e muito menos de harmonia com bases científicas, ou, dando a palavra aos fundadores, firmando-se «nas mais recentes revelações da ciência e conforme as nossas peculiares necessidades e conveniências» (Id., ib.). Este cruzamento entre as solicitações sociais e os avanços das ciências representa um apelo surpreendente à cientificação da pedagogia.

Neste quadro de carências, tanto Portugal quanto o Brasil estariam à beira do desastre a menos que cuidassem com seriedade na questão da instrução. Numa crítica velada à política de «melhoramentos materiais» característica da Regeneração portuguesa e da sua figura emblemática, Fontes Pereira de Melo, escrever-se-á que, Portugal, «abraçado com a indústria agrícola e fabril e empenhado nos melhoramentos materiais, vai construindo de boa fé, sem atentar seriamente para a solidez dos alicerces»

(Id., ib..) Semelhante política prevê-se que conduza ao malogro. O desenvolvimento público esperado do plano de reformas que se desenhou seria «quase uma quimera», vaticinavam Castilho e Luís Filipe Leite, enquanto, escreviam, «não dispuser rasgada e francamente os caminhos da instrução popular». Seria mesmo necessário emendar os erros do passado, «fazendo caminhar juntos os interesses intelectuais com os materiais do país» (Id., ib..)

Perspectiva interessante era a que os redactores da *Revista* assumiam em relação à projecção internacional dos dois países e às funções requeridas à instrução pública. Assim, se Portugal era visto com saliência «na comunhão europeia» pela sua posição geográfica e condições históricas, o Brasil era olhado não somente como nação potencialmente rica mas também segundo a sua posição no contexto dos países sul-americanos. O seu destino histórico estaria traçado nessa direcção: «O Brasil, na força da sua adolescência como nação, entrevê largos horizontes de prosperidade e de riqueza pública; mas, para que o seu influxo no continente meridional da América seja como lhe cumpre, é-lhe mister partir do mesmo princípio de engrandecimento intelectual e não hesitar perante a amplidão do cometimento» (Id., ib.). Não era certamente o pressentimento do Mercosul mas o reconhecimento de um papel de liderança a atribuir ao Brasil no contexto regional da Sul América.

Portugal e Brasil tinham à sua frente o mesmo desafio. Em tais circunstâncias, a *Revista* propunha-se avaliar criticamente o existente, pesquisar o que faltava ou devia existir, procurar no exterior, entre os países mais adiantados, os referenciais com que se pudesse comparar a organização da escola e as práticas pedagógicas adoptadas, propor, em consequência, o que, «em boa razão se não pode deixar de propor, para o aperfeiçoamento, ou antes, radical reforma da instrução pública, em cada um dos dois países». Para tanto, apelar-se-ia para a colaboração de «especialistas» e «sábios» do Brasil e de Portugal (Id., ib.).

Os três pilares da civilização

A civilização, reconheciam os redactores da *Revista*, «não é ainda a felicidade, mas só caminho para ela (...)». Aquela dependia essencialmente e em primeiro lugar das capacidades humanas e dos dons da natureza, ou antes, do que chamavam «fecundidades naturais»: a da *alma*, a da *terra* e a da *mulher*» (Id., p. 4).

Relacionado com a alma, o *saber* era origem, condição e facilitação de todo progresso efectivo. Em consequência, dever-se-ia examinar *o que era, o que podia ser e o que convinha que fosse a instrução pública e, conjuntamente com ela, «a criação física e a educação»*. Estudo tríplice, só ele, uma vez completo, seria susceptível de facultar «resultados sociais» satisfatórios. Assim, a *Revista* enunciava no respectivo programa um vasto inquérito: «Examinaremos o que há em relação ao ensino, o que lhe falta, o que lhe sobra, a quantidade e a qualidade das escolas, desde as primárias até às superiores: se se acham umas para com as outras, e todas para com as necessidades públicas, na devida proporção: se o magistério preenche, ou não, os seus deveres, não tanto de lei como de consciência e de filosofia: se ensina tudo o que deve: se ensina como deve, se possuímos os livros necessários para todos os diversos ramos em que o saber artificialmente se decompõe: possuindo-os, se reinará entre eles a harmonia que tanto se deve desejar: não os possuindo, se há meios, e quais serão de entre eles os preferíveis, para fazer com que tais escritos apareçam: se a fiscalização e a superintendência da instrução, tal como se acha, é ou não a mais acertada, a mais fecunda, a mais auspiciosa: se as leis por que a instrução se regula carecem ou não de reformadas, se a ignorância do povo depende ou não de causas vencíveis, e, dependendo, quais os modos de as vencer» (Id., ib.).¹

O aproveitamento da terra constituía o segundo pilar da civilização. A educação da «alma humana», logo a «indústria rural» e as indústrias a jusante se encaminhariam para a senda da regeneração. A confiança dos redactores nos efeitos positivos da educação sobre o desenvolvimento económico não podia ser mais clara. Tais efeitos passariam por uma instrução técnica e profissional adequada, tendo como complemento a sua continuidade através dos livros de divulgação técnica (os «tratadinhos») e pela imprensa especializada: «A resolução prática do primeiro problema, a instrução bem feita, e no sentido das verdadeiras exigências do mundo actual, facilitará em pouco tempo a regeneração de todas as artes produtivas: todo o operário instruído na respectiva escola profissional, e subsequentemente pelos tratadinhos ou pelo jornal do seu mister, produzirá mais, e melhor, e em menos tempo: afeiçoar-se-á ao seu tráfego, e, fazendo-o progredir, colocar-se-á a si próprio no caminho da fortuna» (Id., ib.). Embora esta bela confiança seja hoje objecto de debate (LEVIN, Henry M. & KELLEY, Carolyn, 1997), nem por isso é menos de salientar como resultado da ideologia da «educação triunfante».

¹ É certo que a *Revista* acabará por não satisfazer a este ponto do seu programa. Em Portugal, de resto, será preciso aguardar as décadas de 60 e de 70 para que uma investigação semelhante se realize, ficando, no entanto, muito aquém do programado. No Brasil, os extraordinários pareceres de Rui Barbosa acerca das reformas do ensino primário e secundário quase diríamos efectuados de acordo com este modelo.

Por último, a mulher, como factor de civilização. Esperar-se-ia que, neste capítulo, se tratasse da educação feminina. Não é esse, porém, o tema abordado. Do que se trata, efectivamente, é do aumento da população, significando que a mulher é apenas olhada como agente de multiplicação da espécie humana. A «abundância» e a «moralidade», consequências imputadas ao trabalho inteligente e bem dirigido, encaminhariam ao aumento da população e ao conseqüente engrandecimento do Estado, o que, por seu turno, redundaria em novos progressos naqueles mesmos que os produziam, mediante o «aumento das faculdades intelectuais, morais e físicas dos indivíduos, no redobramento das riquezas pelo solo, e pela indústria.»

Construindo uma informação variada

A *Revista* inseriu certa diversidade de artigos e notas de informação, visivelmente em ordem a proporcionar aos leitores uma leitura diversificada, fazendo alternar o relevante e o irrelevante, por vezes num amontoado que parecia destinar-se a ocupar os espaços do periódico mais do que os espíritos dos leitores.

Entretanto, havia matérias que pretendiam contribuir para um acréscimo da cultura educacional, mediante a introdução de novos conceitos operacionalizáveis no sistema português. Nesse quadro inseria-se, logo no primeiro número, um artigo de Luís Filipe Leite sobre o tema *Frederico Froebel. Jardins da Infância*, integrado no que prometia ser o início de uma série de retratos de educadores: *Esboços de uma galeria pedagógica* (nº 1, p. 8). Nessa categoria de escritos incluía-se a nota, igualmente da autoria de Luís Filipe Leite, sobre a emulação, intitulada *Voto de Bernardin de Saint Pierre* (nº 6, p.71).

Significativa a notícia e a reacção da *Revista* à lei Moyanno em Espanha. Com alguma surpresa, os termos usados são um tanto ásperos, visando uma demarcação claramente política desta iniciativa legislativa: «Acaba agora de promulgar o governo espanhol nova lei de instrução pública. A impressão que ela tem produzido nos que verdadeiramente se interessam pelos progressos intelectuais da Península não é por certo das mais favoráveis em relação a este novo documento que está em total harmonia com a total e sistemática repressão da Imprensa naquele país.» O periódico de Castilho prometia voltar ao assunto num dos próximos números (nº 3.)

Noutros casos, queria-se tão somente contribuir para o alargamento da cultura do leitor no campo da educação, sem referência imediata à política ou à prática educacionais. Era o caso da transcrição de um extenso trecho da 2ª edição da *Viagem à China*, de Carlos José Caldeira (1811-

1882), contendo uma interessante exposição sobre a educação tradicional naquele grande império asiático. Era também o caso da publicação dos discursos, ao mesmo tempo doutrinários e de circunstância, de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, visconde de Vila Maior (1809-1884), matemático, académico, lente e director interino da Escola Politécnica de Lisboa, e do rei D. Pedro V, ambos proferidos na sessão solene de distribuição de prémios naquela instituição de ensino superior.

Outro artigo, de Luís Filipe Leite, dividido pelos números 5 e 6 da publicação, tinha como tema *A instrução elementar e o Congresso Internacional de Beneficência*, reunido em Frankfurt em Setembro de 1857. Tratava-se menos de relatar o que fora afirmado e decidido no encontro do que de discutir algumas das posições tomadas. Uma das questões sobre a qual o Autor divergia em relação às resoluções aprovadas tinha a ver com os métodos e modos de ensino, acerca dos quais punha em destaque, num plano positivo, a adopção, em escolas de Portugal e do Brasil, do método Castilho, considerando-a prova provada de que tínhamos atingido um ponto muito elevado em relação aos demais países. Um segundo problema que punha em debate era o da gratuitidade escolar, que fora recusada no Congresso, contra o que o jornalista-professor argumentava com acutilância, defendendo a instauração de um sistema público de ensino elementar e pré-escolar inteiramente gratuitos (nº 6, p. 68).

No visível intuito de conferir à publicação outros elementos de interesse para os professores, a *Revista* passou a dar à estampa notícias relativas a concursos e vagas, assim como recensões sobre livros de interesse para os profissionais da instrução.

Mais raramente liam-se peças de teor distractivo, de que era exemplo o artigo de Castilho intitulado *Duas antigualhas curiosas*, nada mais nada menos do que a azenha e o cálamo. O texto culminava com dois pequenos poemas, *A invenção da azenha* e *A invenção do cálamo*, de graciosidade e rimas fáceis, bem à maneira frivolamente magistral do poeta.

Um dos pratos fortes do nº 3 da *Revista* era a *Epístola de A.F. de Castilho a Sua Magestade a Senhora Imperatriz do Brazil D. Thereza Christina Maria em 9 de Agosto de 1857*, em verso, à qual se seguia, datada do dia imediato, a *Carta a S. M. o sr. D. Pedro II, Imperador do Brazil*. Uma *Epístola* anterior (que viria a ser republicada) pedira o perdão de um velho português condenado a 12 anos de trabalhos forçados na província do Rio Grande do Sul. Obtido o indulto, Castilho agradecia a graça recebida e, ao mesmo tempo, fazia propaganda da instrução e da escola, incitando os reais esposos a tomarem iniciativas no sentido da ampliação do ensino público.

Deste modo, a *Revista* convidava a um percurso diferenciado, mas o seu centro de gravidade eram as questões da educação nacional.

Propostas de reestruturação do sistema português

O número de abertura trazia consigo uma leitura bem enquadrada na razão de ser fundamental do periódico (Nº 1, pp. 4-7). Sob o título de *Reforma do ensino público em Portugal*, tratava-se do projecto adoptado como documento de trabalho pela Academia Real das Ciências, em 18 de Junho de 1857, com vista ao desenho de «um sistema completo de instrução e educação nacional». No dizer dos redactores, era a questão social prioritária. Os seus autores eram Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, a quem já nos referimos, e Latino Coelho (1825-1891), escritor, militar, político e, como Júlio Máximo, lente da Escola Politécnica.

As bases do projecto constituem um dos documentos mais notáveis deste período histórico no concernente à reestruturação global da instrução pública. Além de propostas programáticas, incluíam uma série de questões centrais, sobre as quais os autores se não pronunciavam. Tais quesitos tinham em vista proporcionar uma discussão que se ambicionava demorada e proveitosa.

A publicação do documento na *Revista* foi uma iniciativa feliz, dado que a sua circunscrição às paredes solenes da Academia das Ciências equivalia a condená-lo a uma semi-obscuridade.

Ao texto de Latino Coelho e Júlio Máximo de Oliveira Pimentel seguia-se uma nota de António Feliciano de Castilho, que, apesar de anunciada como sendo a primeira, não teve continuação. Intitulava-se *Ideias a voos sobre a reforma da instrução primária*. Segundo parece, Castilho quis de algum modo completar a proposta dos dois académicos mediante a exposição das suas próprias ideias, já consignadas em vários escritos e, designadamente, em *A Felicidade pela Instrução*.

Apesar de se tratar de um texto muito sintético, o artigo expunha algumas ideias de inegável interesse. Uma delas tinha a ver com o *direito da criança* ao ensino, singularidade que não entrou desde logo nos códigos mas que hoje é um problema central: o da criança como titular do *direito à educação* e os pais como titulares do *dever* de a assegurar. Em seguida, a exigência de escola pública («escolas da comunidade», lhes chamava Castilho) como forma de assegurar a concretização desse direito na hipótese de a família não querer ou não poder satisfazê-lo. Em terceiro lugar, a proposta de que as escolas normais primárias pudessem formar professores à altura das suas funções. O mestre idóneo devia ser convenientemente pago mas cumpria igualmente definir-lhe com precisão as obrigações pedagógicas a que teria de subordinar-se. Por último, a reclamação de

horários flexíveis de funcionamento e de uma organização do ano lectivo adequada às especificidades das regiões. Assim, escrevia Castilho: «O povo pomareiro, o vinhateiro, o seareiro, o hortelão, o industrial, o pescador, o pastor, têm os seus filhos mais libertos para a escola, cada um em estações e meses diferentes, e quase todos mais de noite que de dia; é portanto necessário que a lei renuncie a extravagante e insocial pretensão de uniformidade num assunto em que a terra e o ceu, os lares e o sol, multiplicam as diferenças ao infinito.» (p. 7). Caberia à autoridade educacional local, em cada «torrão», propor à «autoridade suprema», ou aos mesmos legisladores, «quais os dias, e quais as horas, diurnas ou nocturnas, em que nesse torrão a escola acertaria mais em cheio» (id., ib.). E vaticinava: «Com bom mestre; bom *método*, bom *modo* de ensino, isto é, com um ensino moral, fecundo, pouco demorado, humano, aprasível, e abolida a antinomia que ora reina entre a frequência das escolas e as conveniências imediatas e particulares das famílias, poucos seriam os pais que deixassem de mandar lá muito regularmente os seus filhos; e o resultado de tal espontaneidade incalculável» (id., ib.).

A *Revista* depositava inteira confiança no papel positivo que desempenharia um Ministério da Instrução Pública. A propósito, Castilho declarava ter encontrado num periódico portuense, «bem redigido», um conjunto de reflexões acerca do tema, as quais considerava condizentes com as suas próprias ideias. Em nota, chamava a atenção para o que deixara escrito em *A Felicidade pela Instrução* sobre a criação de uma Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública e prometia republicá-lo, o que não viria a verificar-se. O anónimo articulista portuense estabelecia um paralelo entre o Ministério das Obras Públicas, «motor dos melhoramentos materiais», e um ministério especial que viesse «a impelir enérgica e regularmente os melhoramentos intelectuais e morais». E acrescentava estas considerações significativas: «Como o verbo dos melhoramentos materiais incarnou naquele ministério, e daí tem resultado já consequências que se palpam, assim a criação de um ministério de instrução pública e cultos deve ser o ponto de partida, tanto para a reforma de que se carece em educação e instrução pública, quanto para a regularização temporal das coisas eclesiásticas e o melhoramento moral e intelectual do povo» (p. 71).

Deste modo, preconizava-se que a política de instrução pública fosse cometida a um sector especial do aparelho do Estado, em vez de ser diluída no conjunto de múltiplos problemas afectos ao Ministério do Reino. Esperava-se que daí resultasse a solução prioritária das questões que afectavam a educação popular em Portugal.

Em defesa do método Castilho

Em várias passagens da *Revista* surgiram referências ao professorado, especialmente quando respeitavam ao método de ensino de que era autor o próprio Castilho, isto é, aquele que ficou a ser conhecido pelas designações de «método português», «método de Castilho» ou de «leitura repentina».

Tendo Castilho assumido o lugar oficial de «Comissário de instrução primária pelo método português», passavam-lhe pelas mãos documentos procedentes do professorado. Estava nesse caso um ofício de Maria José Canuto (1812-1890), escritora, poetisa e docente em Lisboa, na Escola das Mercês, desde 1847, bem conhecida nos meios pedagógicos da capital, senão mesmo do país. Ao dar à estampa uma das suas cartas, o comissário (Castilho) justificava-se nos termos seguintes: «Encetamos a publicação de várias peças notáveis oficialmente enviadas a esta comissão. Possam elas contribuir para esclarecer o juízo das câmaras legislativas, o do governo e o da imprensa periódica sobre a mais fundamental questão do ensino nacional» (nº 3, p. 27.)

A missiva de Maria José Canuto assumia o carácter de um relatório sobre o seu percurso profissional e sobre os resultados alcançados pelos seus alunos quando submetidos ao Método Português. Ela tinha o cuidado de marcar socialmente os discípulos cujos casos referenciava. O seu intuito era mostrar que a eficácia do método era independente das origens sociais das crianças. Assim, depois de ter frequentado um curso aberto por Castilho no Palácio Sarmento, em Lisboa, em ordem à formação de professores, instalara o ensino, de harmonia com aquele método, em 1852 na escola oficial onde leccionava. Começara por apresentar seis alunas dos asilos da infância desvalida, com as quais trabalhara no âmbito do curso prático organizado por Castilho. Apontava depois alguns alunos tirados à sorte nos sectores representativos da «semi-aristocracia», da «burguesia» e da «indigência». Apresentava em primeiro lugar dois meninos e duas meninas, pertencentes a famílias de distintas posses mas dos estratos superiores das classes hegemónicas, e por fim, em quinto lugar, narrava o caso impressionante de um aluno «pobre», de procedente operária: «José Maria, quinze anos, filho de António Cordeiro, trabalhador. Este pobre rapaz nunca teve hora, nem tempo fixo para o estudo: aprendiz de serralheiro, corria à escola, coberto de ferrugem, ao meio dia ou à noite, em intervalos limitados pelo cuidado das suas obrigações! Assim, interpoladamente, perfez noventa e uma lições: lia pausadamente, escrevia, fazia análise ortográfica, lógica, e gramatical; e as quatro operações aritméticas, é verdade que tudo com imperfeição. Cessou de frequentar, quando comecei com as minhas visitas

aos asilos de infância desvalida; nunca mais soube dele; se tiver continuado a estudar, deve hoje ler correntemente» (nº 3, 1857, p. 28).

Esta imagem da escola portuguesa em meados da centúria de Oitocentos deixa-nos surpreender as condições reais de frequência do ensino por parte das crianças e dos jovens provenientes das classes trabalhadores.

Por outro lado, Maria José Canuto identificava os docentes e outras pessoas que, desde 1853, tinham vindo frequentar a sua aula com o objectivo de aprenderem o método. Eram vários os casos de professoras de instituições assistenciais que nele pretendiam diplomar-se. Elas formavam uma das sete classes em que Maria José Canuto dividira a sua turma, consoante as tarefas distribuídas numa ordem de complexidade crescente, com vista a diminuir os efeitos negativos da chegada diária de alunos novos.

Sabe-se que o método de Castilho era vigorosamente posto em causa pela Associação dos Professores. O governo, por sua banda, hesitava em torná-lo oficial nas escolas régias. As Cortes legislativas tinham estado igualmente indecisas perante essa eventualidade, embora houvessem anuído à decisão de empregar Castilho como comissário para o seu próprio método. A imprensa, por sua vez, reflectia as vacilações gerais. Sabe-se igualmente ter Castilho chegado a propor a realização de uma experiência pedagógica no intuito de fazer uma comparação entre as vantagens do seu método e o método corrente. Neste quadro, a carta-relatório da prestigiosa professora Maria José Canuto trazia água ao moinho do poeta, que se não eximia, aliás, de o sublinhar indirectamente. Embora se abstivesse de referenciar as preferências da docente em relação ao seu método, fazia preceder o texto de Maria José Canuto das seguintes afirmativas: «O seguinte relatório, merecedor de atenção pelo nome da signatária, já vantajosamente conhecida, quer no magistério, quer na literatura contemporânea, lança de passagem reflexos luminosos sobre algumas das mais importantes questões do ensino. Bom será que se note qual é a opinião positiva de uma senhora cheia de experiência, de bom senso e de zelo, sobre a inconveniência das matrículas sem prazo fixo, desconcerto enorme a que mal se acode com o paliativo de dividir a escola em muitas classes.» Apontando Maria José Canuto como exemplo, o autor do «método repentino» acrescentava: «Meditando este escrito de uma das suas colegas de mais voto, os professores de primeiras letras reconhecerão que muitas disciplinas preciosas e até agora estranhas à escola podem ser nelas aclimadas e contribuir: por uma parte, para maior desenvolvimento das inteligências pueris; por outra, para o aumento da consideração para com o professorado» (id.).

Em seguida, o poeta-pedagogo chamava a atenção para a importância da melhoria da situação salarial dos professores, posta em foco

por Maria José Canuto como factor de atracção relativamente ao novo método. A elevação dos ordenados, ponderava, «outro ponto dos mais sérios e urgentes, e que já começa a achar ecos na opinião pública, talvez passará mais facilmente do estado de utopia ao de realidade, quando se vir que um número atendível de instituidores da puerícia, já se não limita na simples, e nem sempre mui satisfatória prática do ler, escrever e contar, mas se esmera em adquirir para si, e para as transmitir a seus alunos, outras noções tão bem cabidas nos primeiros anos, como facilitadoras dos estudos subsequentes» (id.).²

Na mesma linha de defesa da proposta pedagógica de Castilho, inseria-se a notícia intitulada *Método Portuguez* (nº 7, Fevº, 1858, pp. 81-82). Era a transcrição de um artigo retirado do *Jornal da Associação Industrial Portuense*, o qual era dogmaticamente classificado na *Revista* como «insuspeitíssimo testemunho da eficácia do único método possível para o ensino elementar». O autor anónimo do artigo em causa considerava desnecessário provar a primazia do método sobre qualquer outro. Em compensação recomendava-o com entusiasmo às «classes industriais», já que o progresso da indústria não era possível sem instrução profissional e esta seria impossível sem a posse da elementar, mostrando-se o operariado carente de ambas. Entretanto, segundo informações obtidas pelo autor, soubera que, em determinado distrito, como em qualquer outro do país, e em especial nas aldeias, seria inútil o dispêndio de alguns contos de réis porque a situação escolar, sob vários aspectos, se revelava calamitosa. A gratuidade do ensino não resolvia tudo: «Os mestres, pela mor parte, são analfabetos - triste verdade que ninguém desconhece -, mas tão contrária ao progresso das ideias como essa ignorância dos professores, é, talvez, a irregularidade e até a falta absoluta de frequência dos rapazes, mesmo em escolas regidas por mestres sofríveis. Um destes, habilitado para ensinar por qualquer dos métodos, e para extremar o que mais vantagens ofereça para a rapidez, e, ao mesmo tempo, para a solidez do ensino, não viu, em todo o mês de Outubro último [1857], senão seis rapazes sentados nos bancos da sua escola!» (id.).

Depois de alguns parágrafos consagrados à exaltação do ensino feminino, o articulista passava a defender o método de Castilho, as práticas de animação da aula que lhe estava associadas (e que recebiam críticas mais incisivas da parte dos docentes): as palmas, o canto e o ritmo, considerados

²Castilho chamava ainda a atenção dos responsáveis para o facto de a «mestra da aula pública das Mercês» reger na sua escola, sem retribuição adicional, uma aula «normal» para candidatas ao professorado, as alunas-mestras a quem a professora se referia noutra passagem da sua carta-relatório. Da mesma carta se depreende ainda que fazia a regência de outra aula, essa de carácter nocturno. A lembrança de Castilho acabaria por ser escutada, mas não exactamente pelos motivos que ele aludia: em 1863, o governo concedeu a Maria José Canuto pela leccionação gratuita de uma aula nocturna da Escola D. Pedro V.

incompatíveis com a solene gravidade professoral, e, por último, a simplificação ortográfica, que passava pela unificação de consoantes e pela adopção da ortografia fonética³. Concluindo, o artigo citava Aimé Martin para marcar a falta de vontade política do governo como responsável pela fraca influência do método em Portugal.

Em igual estratégia inseria-se a publicação de uma carta de um professor de instrução primária pelo «Método Português», regendo escola em Ancião, dirigida ao «comissário geral de instrução primária pelo método português no reino e ilhas», ou seja, ao próprio Castilho. O docente descrevia as suas práticas e os resultados atingidos, os quais tinham sido objecto de apreciação altamente positiva por parte de numerosa e luzida assembleia a que presidira o governador civil do distrito, durante a qual o professor submetera os seus alunos a provas de exame. Um dos discípulos, com sete anos, por sinal «mal vestido e descalço», passara, sem hesitações nem erros, para ortografia etimológica um período foneticamente ortografado, escolhido ao acaso de um livro estranho ao ensino. «O inteligente menino», finalizava o professor, «foi por fim abraçado com entusiasmo por muitos dos espectadores, e premiado por eles com o produto de uma subscrição pecuniária, com o qual se vestiu e calçou» (nº 4, 1857, p. 40).

O mesmo docente descrevia ainda a abertura de um curso nocturno gratuito, em localidade próxima, situada numa freguesia onde nunca existira instrução. A afluência de alunos fora notável e dois ricos proprietários tinham aprendido o «Método Português» para poderem participar do trabalho escolar. O rumor dos progressos obtidos levava o Conselho Superior de Instrução Pública a encarregar um comissário de estudos de averiguar-lhes o fundamento. À maneira de espectáculo, já que se tratava de provas públicas, o inspector fizera pormenorizado interrogatório aos alunos, desde análise gramatical e regência até contabilidade e aritmética comercial, com excelentes resultados. Entretanto, acrescentava o mestre, «o mais interessante de todos estes exames foi sem dúvida aquele que teve lugar com Augusto José da Silva e Lima, de cinco anos não completos de idade (...). O pequenino aluno desempenhou com tal segurança, com tamanha proficiência tudo quanto lhe fora exigido (que foi muito) pelo ilustre comissário, que este, depois de lhe notar o nome, a idade, a filiação e o tempo de estudo; depois de o abraçar afectuosamente, voltando-se para os espectadores, disse: - *“Esta criança está mais habilitada em tudo o que pertence à instrução primária do que muitos professores, a cujos exames*

³ É curioso salientar que o mesmo princípio de ortografia fonética e de simplificação ortográfica presidira à elaboração e adopção de um novo método de leitura nas escolas militares de ensino mútuo, de que foi autor o coronel João Crisóstomo Couto e Melo nas primeiras décadas do século XIX (FERNANDES, 1999).

tenho assistido!” Semelhante elogio proferido por pessoa tão competente e autorizada, ao mesmo tempo que muito honrou o examinando, foi um triunfo para o novo sistema» (id.).

Diverso noticiário, em relação a outras regiões de Portugal, inscrevia-se no mesmo processo defensivo. A região-chave, neste caso, eram as ilhas açorianas, zona onde o método começara a ser elaborado e aplicado pelo próprio educador e onde ganhara sólidas raízes. Sob esse aspecto, é particularmente significativo o nº 3, citando vários jornais açorianos de Ponta Delgada e Ribeira Grande, na Ilha de S. Miguel, da Ilha Terceira e do Faial (p. 3).

Deste modo, a *Revista* funcionou como um apoio a Castilho e ao seu método de leitura numa fase delicada da sua difusão em Portugal.

É verdade, porém, que esta campanha se enredava inquestionavelmente na promoção da educação popular. O tema, aliás, começaria a ser abordado no nº 8 e último da publicação, sob a forma de um artigo de Luís Filipe Leite, sempre na perspectiva de que o problema estava na primeiríssima linha das prioridades nacionais. Nele se inscrevia também o texto de Castilho, dado igualmente à estampa no nº 8, sob o título de *A instrução e os camponeses. Carta a H. Nogueira redactor do Almanack Agrícola* e datado de 17 de Dezembro de 1856. Mas, independentemente das considerações teórico-políticas a que a *Revista* acolhia, aderiu-se a intervenções de prática imediata, anunciando-se, por exemplo, que o produto da venda da 4ª edição do «Método Português Castilho», ao preço de 160 réis o exemplar reverteria a favor da Associação Promotora de Educação Popular, vendendo-se em Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Vila Real, Lamego, Ponta Delgada, Pernambuco e noutros locais. A esta Associação se prestava, de resto, a maior atenção, publicando, no nº 7 o relatório apresentado pelo presidente da Comissão Administrativa, Augusto Xavier Palmeirim, o tesoureiro, Jacinto Carlos Mourão e o secretário, António Maria Baptista, seguido das respectivas contas de gerência (p. 79).

A história da educação portuguesa e «os amigos das reformas indispensáveis»

Um dos aspectos mais inovadores da orientação da *Revista* foi o recurso à história da educação como instrumento de construção de um sistema educativo moderno. Publicando em seu nº 3, de Setembro de 1857, o começo de um trabalho de D. António da Costa, intitulado *A instrução primária em Portugal*, precedia-o de uma advertência. A história de que se encetava a publicação, declarava-se, não se justificava apenas pela relevância do tema nem pela elegância do estilo do autor, tão pouco pelos vastos horizontes que por vezes descerrava. Era o passado, olhado por um

filósofo, não para satisfazer «uma vã curiosidade, mas para orientamento e norteação dos legisladores».

Creemos que, pela primeira vez, a história da educação era vista como importante na busca de fundamento para a decisão política e o seu atraso apontado nos seus aspectos negativos: «Pode-se dizer que a história da cultura intelectual, e, por conseguinte, moral do povo português tinha jazido até hoje ignorada mesmo dos eruditos (...) Em nome dos amigos das reformas indispensáveis, damos (...) ao autor os agradecimentos pela tentativa e os emoras pela execução. Possam as suas locubrações não ter sido perdidas para a profunda reforma que, já quase de toda a parte, se invoca instintivamente, nos dois países a cujo serviço nos achamos empenhados» (p. 28).

Por sua banda, D. António da Costa apresentava o texto como «um trabalho de consciência e de reflexão sobre a instrução primária em Portugal». Não se tratava, pois, de proceder a uma exumação «arqueológica» do pretérito mas de uma leitura crítica do passado feita com os olhos postos no presente e no futuro. Assim, anunciando a intenção de desenhar a história do ensino primário nos diferentes períodos históricos, o autor prometia também trazer a questão para o terreno da prática e discutir, «à luz dos princípios que a Europa ilustrada proclama, e das nossas circunstâncias especiais, as bases sobre que julgamos dever assentar-se a reforma da instrução primária em Portugal (...)», terminando com um projecto de reforma que em seu entender seria o indicado para o nosso país.

O texto de D. António da Costa prolongar-se-ia por mais de um número. O encerramento da *Revista* a partir do nº 8 deixá-lo-á incompleto. A uma primeira análise, verifica-se que algumas passagens serão recuperadas mais tarde na *História da Instrução Popular em Portugal*, dada à estampa em 1870.

Quanto à anunciada inserção de um projecto de reforma do ensino, também ela se não verifica. Contudo, parece lícito presumir que se tratasse do projecto já apresentado nas Cortes desde Fevereiro do mesmo ano (FERNANDES, 1998, pp. 291 e segs.).

Presença do Brasil

A colaboração de pedagogos e educadores brasileiros na *Revista* afigura-se-nos escassa e pouco significativa. Desde o nº 2 que os redactores declaravam a falta de elementos informativos, a despeito das diligências feitas no sentido de os obter. Assim, recorreriam à Imprensa, na persuasão

de que tais informações não somente permitiriam avaliar o «estado da cultura intelectual» no Brasil como também poderiam conter para nós «incentivos e exemplos úteis». Além de que funcionariam como «chamariz» em ordem à afluência de mais amplas informações. «O Brasil, decidido a não hesitar perante os mais arduos cometimentos», vaticinava-se, «assumirá o verdadeiro lugar que a Providencia lhe destinou entre as demais nações da América» (nº 2, p. 16).

O noticiário inserido na *Revista* abria com uma notícia respigada do jornal português *A Revolução de Setembro*, revelando que os professores de instrução primária e secundária do Rio de Janeiro se tinham reunido no Colégio D. Pedro II e decidido formar uma sociedade cujo objectivo era o melhoramento daqueles graus de ensino. (Id., ib..). Relativamente à Baía, lia-se que uma comissão constituída pelo arcebispo D. Romualdo, pelo Dr. Abilio César Borges, relator, João Alves Portela, Manuel Pedro Moreira de Vasconcelos, Dr. Manuel Ladislau Aranha Dantas, Padre José Joaquim da Fonseca Lima e Guilherme Balduino Embirossú Camacan tinha apresentado a 3 de Julho de 1856 um projecto de lei sobre a instrução primária e secundária da província, tomado para base de trabalho. A *Revista* resumia-lhe os pontos capitais, e comentava certas passagens do texto: aprovava as multas previstas para quem não cumprisse o princípio da obrigatoriedade escolar, aprovava a disposição que permitia usar o método Castilho a par do método então corrente, ao mesmo tempo que se proibia a continuação do método mútuo, dava o seu acordo elogioso à prevista possibilidade de passagem à situação de professor vitalício após três anos de exercício pelo método Castilho, comparava, favoravelmente em relação à Baía, os vencimentos adoptados com a exiguidade dos que se praticavam em Portugal, marcava objecções a alguns princípios, prometia a publicação, no próximo número, dos trechos relativos à instrução secundária. De salientar o entusiasmo com que aceitava um sistema de formação de professores primários que combinava a formação em escola normal com o trabalho exercido, em certos casos, como professor adjunto do titular (p. 17).

Relativamente a Pernambuco, declarava existirem no Recife 10 escolas abundantemente frequentadas onde se praticava o método Castilho. A primeira, chamada «central do método Castilho» contava 173 discípulos, sendo regida por um professor que era identificado e sobre o qual se prometia um futuro artigo bio-bibliográfico. A respeito de Alagoas, mencionava-se o facto de determinado docente ter sido comissionado, em 1855, para seguir, no Rio de Janeiro, um curso sobre o método Castilho. Regressando a Maceió, redigira um relatório favorável, proporcionando a sua difusão. Finalmente, uma carta transcrita na *Revolução de Setembro*, a

partir do *Diário de Pernambuco*, mencionava a certeza de que só o poder geral estava em condições de proibir o método Castilho, visto que três províncias, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, o tinham adoptado por ordem de suas competentes assembleias provinciais; além destas, o Rio, Baía, Piauí, Pernambuco e Ceará possuíam escolas particulares pelo novo método (p. 17). No nº 3, inseriam-se mais algumas notícias do Brasil, de interesse muito inferior à expectativa: da Província do Rio de Janeiro, cidade de Macaé, comunicava-se ter sido fundado um colégio excelente, que se encontrava em estado muito satisfatório, e no qual o método usado era o de Castilho, gozando das «simpatias públicas». Quanto ao Rio Grande do Sul, dizia-se apenas ter sido aprovada pelo presidente da Província a reforma da instrução pública, sendo nomeado para director geral o Dr. Luís da Silva Flores. Acerca de São Paulo, salientava-se o facto de ter passado a superar o Rio de Janeiro quanto ao número de estudantes enviado para a Faculdade de Direito. De um total de 318 alunos, 105 eram de São Paulo, seguindo o Rio com 92 e Minas Gerais com 69 e cabendo 11 ao Rio Grande do Sul.

O Brasil terá somente uma presença mais conforme à estatura das suas iniciativas nos números 6 e 7 da *Revista*, mediante a transcrição da parte consagrada à instrução pública no relatório apresentado na primeira sessão da 10ª legislatura da Assembleia Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz. A transcrição era acompanhada de um curto comentário: «Por este documento se verá que muitas das reformas legisladas de 1854 se acham já em execução, e que o futuro científico, artístico e literário dos estados brasileiros deve ser próspero, se os homens prepostos aos negócios da instrução nacional persistirem, como é de esperar, no louvável empenho que até hoje os tem notavelmente animado.» (nº 6, p. 61).

A visão do relatório oficial é em extremo optimista. Sintetizam esse estado de espírito as seguintes palavras: « Mais ou menos reinam - ordem (n)o sistema de ensino, assiduidade e zelo nos professores, justa severidade nos exames; e encontra-se em última análise maior aproveitamento nos alunos» (id., ib..).

Indicativo do modo por que se estabelecia a hierarquização dos problemas, o relatório oficial começava por se ocupar do ensino superior, sobretudo em termos estatísticos: inscrições, aproveitamento, distribuições regionais, etc.. A instrução primária e secundária situavam-se em segundo lugar. Não tendo sido ainda possível organizar uma estatística satisfatória dos dois ramos de ensino, o secretário de Estado acabava por se limitar a descrever a situação no Rio de Janeiro. Apesar de apontar alguns progressos na escolarização, concluía-se pelo reconhecimento de ser forçoso confessar

quão limitado era o total de escolas masculinas e femininas disponíveis num município tão populoso como o da capital (nº 7, p. 74).

Além da citação dos vários manuais escolares adoptados e respectivos autores, o relatório continha referências a instituições educativas de carácter médio ou superior, tais como o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos-Mudos, a Biblioteca Pública, a Academia Imperial de Medicina, o Museu Nacional, o Conservatório Dramático, a Academia de Belas Artes (nº 8, pp. 85-87).

Prometia-se continuar com a transcrição do relatório. Este número foi, todavia, o último, inserindo ainda um artigo assinado por Jorge Cussen sobre a Literatura no Brasil.

Conclusão

Pelo espaço breve de alguns meses de 1857 e 1858, o projecto jornalístico de Castilho e Luís Filipe Leite pretendeu ser um espaço de conhecimento e diálogo dos problemas enfrentados pela educação popular em Portugal e no Brasil, assim como um local de encontro em relação a novas opções pedagógicas.

A *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* consubstanciou tal desígnio. O seu falhanço traduziu-se pela falta de interlocutores brasileiros e, conseqüentemente, por uma visão muito incompleta da situação educacional no país irmão.

Na sua maior força, a publicação idealizada tornou-se mais um instrumento de defesa e propaganda do método de Castilho do que a arena de debate sobre as questões mais graves da política de educação popular. Este foi, também, um dos aspectos em que ficou aquém do seu programa.

Esta iniciativa de Castilho e de Luís Filipe Leite foi, por isso mesmo, uma utopia breve. Apesar disso e mau grado os interesses pessoais ou de escola, que estavam em jogo, testemunharia uma vontade enérgica de intervenção filantrópica a favor do desenvolvimento da instrução pública.

Referência

CASTILHO, Júlio de (1894). *D. António da Costa. Quadro biográfico-literário*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Sep. do Instituto)

- FERNANDES, Rogério (1998). Ensino primário e debate curricular: o projecto de D. António da Costa em 1857. In: Núcleo de análise e intervenção educacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*. Coimbra, pp. 291-298.
- FERNANDES, Rogério (1999). A difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). *A Escola Elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo*. Passo Fundo : Ediupf, pp. 25-44.
- FULLER, Bruce & RUBINSON, Richard, eds. (1992). *The political construction of education. The state, school expansion and economic change*. New York/London: Praeger .
- GOMES, Joaquim Ferreira (1984). Um bisneto do Marquês de Pombal promotor da instrução primária. In: *Estudos de História e de Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina, pp.105-117.
- LEVIN, Henry M. & KELLEY, Carolyn (1997). Can education do it alone? In: HALSEY, A. H., LAUDER, Hugh, BROWN, Phillip & WELLS, Amy Stuart, 1997. *Education. Culture. Economy. Society*. Oxford/New York : Oxford University Press.
- NÓVOA, António (1993), (dir.). *A Imprensa de Educação e Ensino. Relatório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*. 1857-1858 (Oito números).
- * A ortografia dos textos transcritos foi actualizada.